

As Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) na Educação Especial Perspectivas Futuras sobre Política, Prática, Investigação e Desenvolvimento

Em Setembro de 2002, o Ministério da Educação de Portugal e a Agência Europeia para o Desenvolvimento da Educação Especial realizaram uma conferência internacional sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) na Educação Especial.

À conferência seguiu-se um seminário de trabalho de um dia, no qual todos os especialistas na área das TIC na educação especial e os convidados apresentaram a situação nos seus países e nas suas áreas específicas relativamente a uma de três áreas-chave: Política, Práticas e Investigação e Desenvolvimento. Estas áreas foram extensivamente discutidas conduzindo à elaboração de um conjunto de recomendações para cada uma das três áreas.

Este documento apresenta as recomendações feitas por esses especialistas, relativamente a algumas das questões-chave sobre as TIC na educação, actualmente em debate por toda a Europa no domínio das TIC na educação.

O Futuro das TIC nas Políticas da Educação Especial

O grupo reconheceu que o termo política se referia a uma definição específica de princípios, intenções, meios, objectivos e agendas a nível regional, nacional ou mesmo Europeu relativamente às TIC na Educação Especial. A visão proposta sobre o futuro das TIC nas políticas para a Educação Especial assentou no pressuposto de que **as políticas deveriam ser trans-sectoriais e orientadas por uma filosofia clara** de resposta às necessidades individuais dos alunos, promovendo uma escola para todos (como definido na Carta de Luxemburgo, 1996) e promovendo a inclusão em todos os sectores da educação.

As TIC nas políticas para a Educação Especial **devem apresentar fases de desenvolvimento**: a curto termo um reconhecido plano de acção/estratégia/política específico para as TIC na Educação Especial; a médio termo, as TIC na Educação Especial tornam-se parte dos planos estratégicos gerais; finalmente, a longo termo, nem as TIC na Educação Especial são mencionadas mas aceites como um dado adquirido em todas as políticas das TIC.

Acima de tudo, **as políticas devem apresentar uma visão a longo termo**, mas devem ser suficientemente flexíveis para **reflectir as necessidades a nível local** e as principais iniciativas em todos os sectores da educação. As políticas devem ser proactivas na remoção das barreiras ao desenvolvimento e também, devem trabalhar activamente para as condições que apoiam as iniciativas.

Relativamente ao que é necessário que aconteça para tornar esta visão uma realidade foi sugerida que deve existir um processo profundo e crítico de

questionamento e de reflexão sobre o uso das TIC na Educação Especial, focalizado em questões como: onde estamos agora? Até onde chegamos? Para onde queremos ir? O que estão os outros a fazer? O que podemos usar? O que temos de fazer para atingir os nossos objectivos?

Este processo deveria ser conduzido por um grupo de aconselhamento (operando aos níveis regional, nacional e europeu), reconhecido pelos Ministérios e pelas partes interessadas representantes de todos os sectores e partes envolvidas.

Tal grupo teria **um papel claro no aconselhamento sobre formulação e implementação de políticas trans-sectoriais** bem como uma responsabilidade clara **no aconselhamento da promoção da comunicação e intercâmbio** entre diferentes sectores das TIC. É crucial que tenha responsabilidade **no aconselhamento sobre a definição e implementação das agendas para atingir os resultados das políticas.**

Foi reconhecido pelos especialistas durante o encontro, que os primeiros passos a dar se relacionariam com a **consciencialização** de todos os sectores sobre a necessidade da existência de políticas específicas e de grupos responsáveis bem como a consciencialização dos responsáveis políticos a nível nacional e Europeu, para os desafios no sector das TIC na Educação Especial.

O Futuro das TIC na Educação Especial

Relativamente aos necessários desenvolvimentos na prática das TIC na Educação Especial, parece crucial a formação de **redes** regionais, nacionais e inter-nacionais **para facilitar ligações** entre as boas práticas, os centros de recursos e indivíduos. Isto seria apoiado por uma **análise aprofundada e uma descrição dos factores que conduzem a boas práticas.** Tal análise conduziria ao desenvolvimento de linhas orientadoras para estruturas de apoio bem como a uma informação mais coordenada sobre os recursos técnicos, a criação de centros de recursos virtuais em ligação com centros de recursos “físicos” e mais possibilidades de intercâmbios presenciais e virtuais entre todos os profissionais na área.

Argumentou-se que é essencial que todas as escolas tenham oportunidades de integrar redes e projectos de parceria. É necessário alargar uma **formação pedagógica especializada baseada nas TIC na Educação Especial.** Os desenvolvimentos baseados nas escolas e noutros serviços devem ser conduzidos por **linhas orientadoras sobre o uso das TIC como meio de apoio à inclusão** e como meio de facilitar o acesso ao currículo.

Tal visão apenas poderá tornar-se realidade se houver a **criação de centros de recursos virtuais ligados a centros de recursos “físicos”.** O acesso à enorme quantidade e variedade de informação na área necessita de ser melhor coordenado, melhor organizado e mais facilitado. **A formação de professores deve abarcar as TIC e a gestão de sala de aula** bem como o uso das TIC no currículo a diferentes níveis educacionais.

O desenvolvimento e a transformação da escola necessitam de um **apoio mais especificamente dirigido**, com *informação* e supervisão do trabalho das TIC na Educação Especial e o **trabalho de equipa entre professores e outros profissionais requer apoio e simplificação**. Finalmente, é necessário que todo o hardware e o software disponíveis para a Educação Especial sigam o **princípio do formato para todos**.

Nos actores a envolver de forma a tornar esta visão uma realidade incluem-se profissionais das escolas, alunos e suas famílias, serviços de apoio e equipa dos centros de recursos, responsáveis políticos aos vários níveis, organizações comunitárias e ONG, mas também empresas e investigadores. **Todos os possíveis financiadores na sociedade de informação devem ter uma acção no desenvolvimento das práticas no domínio das TIC na Educação Especial**. É necessário que estes financiadores sejam envolvidos para darem os primeiros passos em direcção à **definição de linhas orientadoras** sobre a proporção PC/alunos onde as TIC actuem como um real facilitador do acesso ao currículo para os alunos com NEE.

Todos os financiadores deveriam promover **de equipas de trabalho entre professores e outros profissionais** para ajudar a encontrar adequadas soluções das TIC para responder às necessidades individuais de aprendizagem. Isto incluiria os professores terem acesso “fácil” ao uso de software que segue os princípios do formato para todos, bem como demonstrações mais interactivas. Contudo, na profissão de docente, deve existir uma maior aceitação **da responsabilidade do professor pela sua própria aprendizagem e desenvolvimento** em TIC.

O Futuro das TIC na Investigação e Desenvolvimento na Educação Especial

O futuro da investigação e do desenvolvimento na área das TIC na Educação Especial deve focalizar a aprendizagem e como a melhorar. O desenho e o desenvolvimento de tecnologia inclusiva facilitarão a participação tendo em atenção os diversos grupos de utilizadores, as suas necessidades, o seu papel, as culturas e linguagens. Contudo, para que a tecnologia inclusiva seja desenvolvida, os **pedagogos devem ser participantes activos** na planificação da investigação e do desenvolvimento e deve existir uma maior interacção entre todos os intervenientes.

Deve existir **um equilíbrio entre forças de mercado e regulamentação** e, para isto, é exigida uma abordagem multidisciplinar com estratégias de apoio como as plataformas de comunicação e de intercâmbio, sendo necessárias redes de investigadores (por exemplo conferências e plataformas técnicas).

Como primeiro passo, **todos os financiadores** independentemente do seu nível de envolvimento ou interacção necessitam de ser envolvidos **no desenvolvimento de uma base de conhecimento mais vasta e aplicável**.

Necessitam, também de ser envolvidos – directa ou indirectamente via abordagens de participação e/ou de especialistas – no desenvolvimento de orientações largamente aceites relativamente à inclusão.

Conclusões

O grupo de especialistas reunido em Lisboa representou todos os financiadores da sociedade de informação. Todos sustentaram uma visão comum: a de trabalhar em direcção a uma sociedade de informação genuinamente inclusiva baseada na participação de todos, inclui os alunos com necessidades educativas especiais. Os seus debates e deliberações forneceram pistas claras para o futuro das TIC na Educação Especial. A Declaração de Salamanca (1994) afirma que todos os pedagogos se devem assegurar de que a educação especial faz parte de todos os debates sobre educação, em todas as conferências. Os especialistas em Lisboa deixaram a clara mensagem de que a Educação Especial deve fazer parte de todos os debates das TIC que focalizam o desenvolvimento, as práticas e a investigação das políticas de TIC.

Mais Informação

Mais informação sobre a Conferência de Lisboa e sobre os especialistas em TIC na Educação Especial, que participaram na reunião de Lisboa, pode ser encontrada em:

www.european-agency.org/ict_sendb/index.html

Mais informação sobre o projecto TIC na Educação Especial (incluindo cópias do relatório do projecto em 13 línguas) e sobre o trabalho da Agência Europeia em geral, está disponível em:

European Agency for Development in Special Needs Education
Teglgaardsparken 102, DK 5500 Middelfart, Denmark
Tel: +45 64 41 00 20 Fax: +45 64 41 23 03
E-mail: adm@european-agency.org

Escritório de Bruxelas
Avenue Palmerston 3, B-1000 Brussels, Belgium
Tel: +32 2 280 33 59 Fax: +32 2 280 17 88
E-mail: brussels.office@european-agency.org

Web: www.european-agency.org